

# **Windepar Holding S.A.**

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>13</b>

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Windepar Holding S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Windepar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### *Empréstimos, financiamentos e debêntures e Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)*

Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia e suas controladas possuem passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures emitidas, nos montantes de R\$ 68.217 mil e R\$ 348.374 mil na controlada e consolidado, respectivamente. Adicionalmente, dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“Covenants”).

O endividamento da Companhia e suas controladas, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida podem ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas.

#### *Como nossa auditoria conduziu este assunto*

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários, revisão das escrituras de debêntures e dos contratos de empréstimos e financiamentos, e suas alterações e recalculamos os índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, avaliando a aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants qualitativos. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”), que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas retromencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas  
CRC 1SP214160/O-5

**Windepar Holding S.A.**  
**Balanço patrimonial**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	41	370	2.745	12.875
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	49.938	17.802
Contas a receber de clientes	7	-	-	7.083	4.050
Impostos de renda e contribuição social a compensar		115	64	115	65
Despesas pagas antecipadamente		1	-	32	169
Dividendos a receber	15	551	-	-	-
Mútuo a receber	15	50.183	38.598	-	-
Outros ativos		1	1	269	78
<b>Não circulante</b>		<b>294.163</b>	<b>298.749</b>	<b>586.933</b>	<b>575.602</b>
<u>Realizável a longo prazo</u>		-	68.036	20.896	-
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	20.886	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	68.036	-	-
Outros ativos		-	-	10	-
Investimento em controladas	8	294.163	230.713	-	-
Imobilizado	9	-	-	546.715	558.812
Intangível	10	-	-	19.322	16.790
<b>Total do ativo</b>		<b>345.055</b>	<b>337.782</b>	<b>647.115</b>	<b>610.641</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	2.319	1.116	17.617	12.001
Arrendamentos	13	-	-	82	-
Fornecedores	12	5	1	2.509	23.845
Salários, férias e encargos sociais		-	-	426	163
Impostos de renda e contribuição social a recolher		-	-	466	943
Outros tributos a recolher		9	9	455	-
Provisões de constituição de ativos	14	-	-	5.240	1.033
Provisão para compensação ambiental		-	-	494	494
Mútuo a pagar	16	56.978	47.820	56.000	45.722
Outros passivos		-	-	1	187
<b>Não circulante</b>		<b>151.949</b>	<b>145.239</b>	<b>430.030</b>	<b>382.656</b>
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	65.898	65.359	330.757	300.006
Arrendamentos	13	-	-	2.671	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	86.051	79.880	86.051	79.880
Provisão para desmobilização de ativos	17	-	-	10.545	2.764
Outros passivos		-	-	6	6
<b>Total do passivo</b>		<b>211.260</b>	<b>194.185</b>	<b>513.320</b>	<b>467.044</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	18	178.754	178.754	178.754	178.754
Prejuízos acumulados		(44.959)	(35.157)	(44.959)	(35.157)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>345.055</b>	<b>337.782</b>	<b>647.115</b>	<b>610.641</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



**Windepar Holding S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>19</b>	-	-	<b>58.597</b>	<b>53.036</b>
<b>Custos operacionais</b>					
Compra de energia elétrica		-	-	(62)	(10)
Encargos do uso da rede elétrica		-	-	(537)	(350)
Custos dos serviços prestados	<b>20</b>	-	-	(31.086)	(22.730)
		-	-	<b>(31.685)</b>	<b>(23.090)</b>
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>26.912</b>	<b>29.946</b>
<b>(Despesas) Receitas operacionais</b>					
Administrativas e gerais	<b>20</b>	(720)	(1.847)	(3.170)	(4.311)
Resultado de equivalência patrimonial	<b>8</b>	(90)	4.016	-	-
		<b>(810)</b>	<b>2.169</b>	<b>(3.170)</b>	<b>(4.311)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>(810)</b>	<b>2.169</b>	<b>23.742</b>	<b>25.635</b>
Despesas financeiras	<b>21</b>	(11.453)	(10.145)	(32.771)	(33.117)
Receitas financeiras	<b>21</b>	2.461	821	1.556	2.472
		<b>(8.992)</b>	<b>(9.324)</b>	<b>(31.215)</b>	<b>(30.645)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(9.802)</b>	<b>(7.155)</b>	<b>(7.473)</b>	<b>(5.010)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>22</b>	-	-	(2.329)	(2.145)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(9.802)</b>	<b>(7.155)</b>	<b>(9.802)</b>	<b>(7.155)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Windepar Holding S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(9.802)	(7.155)	(9.802)	(7.155)
Resultado abrangente do exercício	<u>(9.802)</u>	<u>(7.155)</u>	<u>(9.802)</u>	<u>(7.155)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Windepar Holding S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	178.754	(28.002)	150.752
Prejuízo do exercício	-	(7.155)	(7.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	178.754	(35.157)	143.597
Prejuízo do exercício	-	(9.802)	(9.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	178.754	(44.959)	133.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Windepar Holding S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.802)	(7.155)	(7.473)	(5.010)
<b>Ajustes no resultado para:</b>				
Depreciação e amortização	444	444	22.530	18.903
Equivalência Patrimonial	90	(4.016)	-	-
Encargos sobre dívidas, arrendamentos e mútuo	11.388	7.271	31.093	29.494
Receita de aplicações financeiras	(4)	(1)	(1.268)	(1.198)
Outras despesas e receitas	(2.567)	(623)	(73)	(903)
	<b>(451)</b>	<b>(4.080)</b>	<b>44.809</b>	<b>41.286</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>				
Contas a receber	-	-	(3.033)	1.193
Impostos de renda e contribuição social a compensar	(143)	(34)	(255)	(59)
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	3.267
Despesas pagas antecipadamente	(1)	1	(1)	(165)
Outros ativos	-	(9)	(63)	(15)
	<b>(144)</b>	<b>(42)</b>	<b>(3.352)</b>	<b>4.221</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>				
Fornecedores	4	(5)	(8.485)	19.230
Contingência	-	-	-	6
Salários, férias e encargos sociais	-	-	28	(163)
Impostos de renda e contribuição social a recolher	(2)	6	(98)	(5)
Provisões de constituição de ativos	-	-	-	(101)
Outros passivos	47	-	3.478	162
	<b>49</b>	<b>1</b>	<b>(5.077)</b>	<b>19.129</b>
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>	-	-	<b>(2.014)</b>	<b>(1.711)</b>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(546)</b>	<b>(4.121)</b>	<b>34.366</b>	<b>62.925</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(12.230)	(37.986)	-	-
Resgate títulos e valores mobiliários	-	-	21.847	21.211
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	-	(73.624)	(21.174)
Recebimento por redução de capital em controladas	3.501	-	-	-
Pagamento provisão de constituição de ativos	-	-	(4.421)	-
Adições no imobilizado	-	-	(8.131)	(74.263)
Adições no intangível	-	-	(1.488)	(2.206)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(8.729)</b>	<b>(37.986)</b>	<b>(65.817)</b>	<b>(76.432)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.171	(10.744)	6.171	2.760
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados	-	2.408	44.124	2.408
Pagamento de juros sobre financiamento e debêntures	(5.475)	(10.852)	(23.784)	(30.830)
Pagamento de principal de financiamentos e debêntures	(1.485)	(714)	(12.134)	(16.154)
Pagamento de arrendamento	-	-	(741)	-
Empréstimo recebido de partes relacionadas	9.735	46.926	7.685	45.107
<b>Caixa líquido (aplicados nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>8.946</b>	<b>27.024</b>	<b>21.321</b>	<b>3.291</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(329)</b>	<b>(15.083)</b>	<b>(10.130)</b>	<b>(10.216)</b>
<b>Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo no início do exercício	370	15.453	12.875	23.091
Saldo no final do exercício	41	370	2.745	12.875
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(329)</b>	<b>(15.083)</b>	<b>(10.130)</b>	<b>(10.216)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

### 1 Informações gerais

A Windepar Holding S.A. (“Companhia” ou “Windepar”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 09 de maio de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, 16º andar, Conjunto 162, Sala E, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A..

A Windepar controla cinco companhias de geração de energia elétrica por meio de fonte eólicas localizadas no Brasil, sendo divulgado abaixo os detalhes das autorizações:

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL n°	Prazo da autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW
			Início	Fim			
Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
						<b>98,7</b>	<b>50,9</b>

Não há previsão de renovação das concessões, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo das concessões.

Essas demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, são evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

#### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e de suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam os valores reportados de

ativos, passivos, receitas e despesas e suas respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Imobilizado (nota explicativa nº 9) e Intangível (nota explicativa nº 10) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- Provisão para constituição de ativos (nota explicativa nº 14); Provisão para contingências (nota explicativa nº 14) e Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa nº 18): reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

## 2.5 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e de suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. A tabela a seguir demonstra os investimentos que a Companhia possui:

Razão social	Tipo de investimento	Participação (%)	
		2019	2018
Energia dos Ventos I S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.	Controlada	100,00	100,00

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as controladas e a controladora, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital, reservas e lucro (prejuízo) do exercício das controladas.

## 3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

### 3.1. Instrumentos financeiros

#### • Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes de suas controladas é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e de suas controladas têm como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; e
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

***Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:***

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

- **Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 3.2. Redução ao valor recuperável

- **Ativos financeiros não-derivativos**

**Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos dos contratos em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas



consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e à suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

#### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com os contratos e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

#### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e de suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

#### **• Ativos não financeiros**

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e de suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **3.3 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **3.3.1. Provisão para desmobilização de ativos**

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo dos contratos. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

#### **3.3.2. Provisão para constituição dos ativos**

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras de suas controladas a serem finalizadas oriundas das autorizações, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica de Imobilizado.

#### **3.3.3. Provisões para contingências**

A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitado ao prazo de autorização.

### **3.5 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente, por suas controladas, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por: Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (direito de exploração) e softwares.

### **3.6 Arrendamentos**

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início se o contrato é ou contém arrendamento. Ou seja, se contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

### **3.7 Tributação**

#### **• Tributos sobre as vendas de energia**

As receitas de venda de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

-Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e

-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### **• Imposto de renda e contribuição social - correntes**

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado da Companhia (sistemática do Lucro Real), devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240 anuais, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados nas controladas da Companhia são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

#### **• Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

As controladas, em conformidade com a Lei 9.427/96, recolhem a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

### **3.8 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas de suas controladas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações dos contratos com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente nos contratos; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho dos contratos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(a) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2019 é de:

- R\$165,02 MH/h (R\$159,06 MH/h em 2018) para a EDV I;
- R\$163,45 MW/h (R\$157,54 MH/h em 2018) para a EDV II;
- R\$165,42 MW/h (R\$154,94 MH/h em 2018) para a EDV III;
- R\$164,72 MW/h (R\$158,77 MH/h em 2018) para a EDV IV; e
- R\$164,19 MW/h (R\$158,26 MH/h em 2018) para a EDV X.

Todos os preços acima são reajustados pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(b) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

### **3.9 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

### **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

## **4 Novas normas e interpretações**

### **4.1 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2019**

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- a) ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Não há efeitos materiais nas demonstrações contábeis; e
- b) CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil:**

#### **(i) Políticas contábeis**

As controladas da Companhia reconheceram em 1º de janeiro de 2019 um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do contrato. O ativo de direito de uso foi mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do ativo e passivo de arrendamento. A depreciação é calculada e registrada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

#### **(ii) Efeitos da transição**

As controladas da Companhia aplicaram o CPC 06 - R2 (IFRS 16) utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Esta abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. A taxa aplicada foi de 9,26% a.a e 10,30% a.a.

As controladas da Companhia analisaram dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de *impairment* e não identificou impactos.

**(iii) Impactos da adoção inicial e nas demonstrações contábeis do exercício**

As controladas da Companhia aplicaram o CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 para os contratos de arrendamento vigentes na data de adoção e os novos contratos, e utilizaram os seguintes expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento: (i) arrendamentos de curto prazo (vigência de até 12 meses); (ii) itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado inferior a US\$ 5 mil); e (iii) pagamentos variáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as suas controladas reconheceram inicialmente R\$ 3.153 de contratos de arrendamentos.

**4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Numerário disponível	28	1	491	1.944
Certificados de depósitos bancários	13	-	2.245	8.837
Aplicações financeiras	-	369	9	2.094
	<b>41</b>	<b>370</b>	<b>2.745</b>	<b>12.875</b>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média 95 e 90% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, para a Companhia, e em média, de 90% a 85% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, para as controladas.

**6 Títulos e valores mobiliários**

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Conta vinculada ao BNDES	19.939	13.799
Conta vinculada as Debêntures	1.613	4.003
Fundo de investimento	49.272	-
	<b>70.824</b>	<b>17.802</b>
Circulante	49.938	17.802
Não circulante	20.886	-

O saldo da conta vinculada ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas. Os recursos mencionado acima foram remunerados, em média de 95% a 70% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

O fundo de investimento refere-se ao fundo exclusivo STA Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e é remunerado em média por 97,49% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

## 7 Contas a receber de clientes

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Ambiente regulado	6.533	4.050
Energia de curto prazo	550	-
	<b>7.083</b>	<b>4.050</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foi constituída, por suas controladas, provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

## 8 Investimentos

A movimentação do investimento é conforme segue:

<b>Investimentos:</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Aumento de Capital</b>	<b>Amortização do intangível</b>	<b>Redução de capital</b>	<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
EDVI	45.749	17.757	(96)	(667)	(1.204)	-	61.539
EDV II	22.613	13.923	(59)	(486)	211	(50)	36.152
EDV III	35.366	15.538	(86)	(805)	1.120	(266)	50.867
EDV IV	95.149	3.188	(125)	(994)	987	(235)	97.970
EDV X	31.836	17.630	(78)	(549)	(1.204)	-	47.635
<b>Total</b>	<b>230.713</b>	<b>68.036</b>	<b>(444)</b>	<b>(3.501)</b>	<b>(90)</b>	<b>(551)</b>	<b>294.163</b>

Em 15 de fevereiro de 2019 foi realizado o aumento de capital nas controladas, mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$68.036.

Em 9 de abril de 2019 as suas controladas, através de assembleia geral extraordinária, reduziram o capital social em R\$18.513, sendo que R\$15.012 foi destinado para a absorção do prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2018 das próprias controladas, e o restante de R\$3.501 foi feito a devolução de capital para a Companhia.

Investimentos:	Saldo em 31/12/2017	Aumento de Capital	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2018
EDV I	45.725	-	(96)	120	45.749
EDV II	21.926	-	(59)	746	22.613
EDV III	33.883	-	(103)	1.586	35.366
EDV IV	82.305	10.800	(109)	2.153	95.149
EDV X	32.502	-	(77)	(589)	31.836
<b>Total</b>	<b>216.341</b>	<b>10.800</b>	<b>(444)</b>	<b>4.016</b>	<b>230.713</b>

Os investimentos em controladas estão apresentadas a seguir:

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2019						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações devidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Resultado
EDV I	47.830.835	47.830.835	100,00%	145.421	86.527	12.815	(1.204)
EDV II	24.926.815	24.926.815	100,00%	78.944	44.422	7.407	211
EDV III	33.934.533	33.934.533	100,00%	112.606	64.104	11.083	1.122
EDV IV	81.644.012	81.644.012	100,00%	184.380	89.884	17.907	987
EDV X	33.906.758	33.906.758	100,00%	114.348	68.835	9.385	(1.206)

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2018						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações devidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Resultado
EDV I	47.830.835	47.830.835	100,00%	130.236	87.228	11.578	120
EDV II	24.926.815	24.926.815	100,00%	77.916	56.993	6.738	746
EDV III	33.934.533	33.934.533	100,00%	105.868	72.955	9.970	1.586
EDV IV	81.644.012	81.644.012	100,00%	183.871	92.321	16.252	2.153
EDV X	33.906.758	33.906.758	100,00%	101.733	72.094	8.498	(589)

## 9 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Transferência para intangível	31/12/2019
<b>Em serviço</b>									
Terrenos		6.600	-	6.600	-	-	-	-	6.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	5%	2.863	-	2.863	-	-	8.018	-	10.881
Máquinas e equipamentos	10%	486.471	2.773	489.244	10.651	-	79.811	-	579.706
Móveis e utensílios	20%	16	13	29	-	-	17	-	46
Direito de uso sobre arrendamento	6%	-	-	-	3.153	-	-	-	3.153
<b>Em curso</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	8	8	-	-	(6)	-	2
Material em depósito		-	1.060	1.060	1.224	-	-	-	2.284
Móveis e utensílios		43	-	43	-	-	-	-	43
A ratear		2.939	31.829	34.768	518	-	(28.543)	-	6.743
Adiantamento a fornecedor		4.957	8.717	13.674	625	(9.278)	-	-	5.021
Sistema de conexão e transmissão		26.069	32.566	58.635	8.159	(3.576)	(59.297)	(1.519)	2.402
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>529.958</b>	<b>76.966</b>	<b>606.924</b>	<b>24.330</b>	<b>(12.854)</b>	<b>-</b>	<b>(1.519)</b>	<b>616.881</b>
<b>Depreciação</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias		(156)	(97)	(253)	(1.160)	-	-	-	(1.413)
Máquinas e equipamentos		(29.528)	(18.329)	(47.857)	(20.731)	-	-	-	(68.588)
Móveis e utensílios		(1)	(1)	(2)	(2)	-	-	-	(4)
Direito de uso sobre arrendamento		-	-	-	(161)	-	-	-	(161)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(29.685)</b>	<b>(18.427)</b>	<b>(48.112)</b>	<b>(22.054)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(70.166)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>500.273</b>	<b>58.539</b>	<b>558.812</b>	<b>2.276</b>	<b>(12.854)</b>	<b>-</b>	<b>(1.519)</b>	<b>546.715</b>

As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos incorridos, estão valores para a compra do sistema de conexão de transmissão, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico.

Especificamente, em imobilizado em curso - a ratear: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas e/ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras.



## 10 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Consolidado					
		31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	Transferência do Imobilizado	31/12/2019
<b>Em serviço</b>							
Software	20%	153	-	153	-	-	153
Direito de exploração	3%	13.921	-	13.921	-	-	13.921
<b>Em curso</b>							
Software		83	-	83	-	-	83
Outros intangíveis		1.751	2.206	3.957	1.488	1.519	6.964
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>15.908</b>	<b>1.762</b>	<b>18.114</b>	<b>1.488</b>	<b>1.519</b>	<b>21.121</b>
<b>Amortização</b>							
Software		(46)	(31)	(77)	(31)	-	(108)
Direito de exploração		(803)	(444)	(1.247)	(444)	-	(1.691)
<b>Total da amortização</b>		<b>(849)</b>	<b>(31)</b>	<b>(1.324)</b>	<b>(475)</b>	<b>-</b>	<b>(1.799)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>15.059</b>	<b>1.731</b>	<b>16.790</b>	<b>1.013</b>	<b>1.519</b>	<b>19.322</b>

### a) Direito de exploração:

Os direitos de exploração da autorização gerados na aquisição de ações estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das autorizações.

## 11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Financiadores	Empresa	Controladora					Consolidado				
		31/12/2019				31/12/2018	31/12/2019				31/12/2018
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total
1ª Emissão	Windepar	213	(4.702)	72.706	68.217	66.475	213	(4.702)	72.705	68.216	66.475
BNDDES	EDVI	-	-	-	-	-	172	(69)	63.992	64.095	54.870
BNDDES	EDV II	-	-	-	-	-	96	(44)	34.531	34.583	30.973
BNDDES	EDV III	-	-	-	-	-	148	(50)	54.435	54.533	47.346
BNDDES	EDV IV	-	-	-	-	-	222	(59)	77.463	77.626	72.645
BNDDES	EDV X	-	-	-	-	-	127	(56)	49.250	49.321	39.698
<b>Total</b>		<b>213</b>	<b>(4.702)</b>	<b>72.706</b>	<b>68.217</b>	<b>66.475</b>	<b>978</b>	<b>(4.980)</b>	<b>352.376</b>	<b>348.374</b>	<b>312.007</b>
Circulante		213	(517)	2.623	2.319	1.116	978	(795)	17.434	17.617	12.001
Não circulante		-	(4.185)	70.083	65.898	65.359	-	(4.185)	334.942	330.757	300.006

### a. As movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>66.475</b>	<b>69.258</b>	<b>312.007</b>	<b>328.465</b>
Ingresso de dívidas	-	2.408	44.125	2.408
Provisão de encargos de dívidas	8.702	6.375	28.160	28.215
Amortização do principal	(1.485)	(714)	(12.134)	(16.154)
Amortização do encargos	(5.475)	(10.852)	(23.784)	(30.927)
<b>Saldo final</b>	<b>68.217</b>	<b>66.475</b>	<b>348.374</b>	<b>312.007</b>

• **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Controladas**

Em 07 de março de 2017, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de alongamento da dívida, no montante total de R\$261.300. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de novembro de 2017 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do Complexo Eólico Aracati, no montante total de R\$60.000. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de janeiro de 2020 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Os contratos com BNDES estabelecem apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização dos contratos, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia e suas controladas tem cumprido com os covenants qualitativos e quantitativos durante os exercícios de 2019 e 2018, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

• **Debêntures - Controladora**

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia. O valor total da emissão foi de R\$67.500, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$10 mil. As debêntures tiveram início de pagamento semestral em 15 de junho de 2018 e juros de IPCA+7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e com vencimento para 15 de dezembro de 2028.

O contrato de debêntures estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia tem cumprido com os covenants qualitativos durante o ano de 2019, decorrentes da emissão de debêntures celebrada. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

As parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Controladora	2.319	3.974	5.473	7.722	9.221	37.189	65.898
Consolidado	17.617	20.608	23.132	26.478	29.163	213.759	330.757

## 12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Materiais e Serviços	5	1	2.509	23.845
	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2.509</b>	<b>23.845</b>

### 13 Arrendamentos

Movimentação dos arrendamentos	Consolidado 31/12/2019
<b>Saldo inicial</b>	-
Adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16	3.153
Juros incorridos	341
Contraprestação paga	(741)
<b>Saldo final</b>	<b>2.753</b>

Natureza do arrendamento	Condições contratuais					Consolidado	
	Prazo do contrato	Valor presentes dos pagamentos	Índice de reajuste	Taxa a.a (%)	Periodicidade da amortização	31/12/2019	31/12/2018
Imóveis em geral	5 anos	486	IGP-M	9,26	Mensal	276	-
Terrenos de parques eólicos	30 anos	2.667	IPCA	10,30	Mensal	2.477	-
<b>Total</b>						<b>2.753</b>	-
Circulante						82	-
Não circulante						2.671	-

Parcelas vencíveis dos arrendamentos	31/12/2019							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Consolidado	82	141	142	136	99	95	2.058	2.753

### 14 Provisões para constituição de ativo

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.033</b>	<b>1.194</b>
Adições	8.632	-
Realização	(4.425)	(161)
<b>Saldo final</b>	<b>5.240</b>	<b>1.033</b>

### 15 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas reconhecem os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas não possuem processos com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

## 16 Partes relacionadas

### 16.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Transação / parte relacionada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Balanco patrimonial</b>				
<b>Ativo</b>				
Mutuo - EDV I ii)	14.124	10.344	-	-
Mutuo - EDV II ii)	8.246	5.473	-	-
Mutuo - EDV III ii)	8.224	6.925	-	-
Mutuo - EDV IV ii)	7.219	5.866	-	-
Mutuo - EDV X ii)	12.370	9.990	-	-
	<b>50.183</b>	<b>38.598</b>	-	-
Dividendos - EDV II	50	-	-	-
Dividendos - EDV III	266	-	-	-
Dividendos - EDV IV	235	-	-	-
	<b>551</b>	-	-	-
AFAC - EDV I iii)	-	17.757	-	-
AFAC - EDV II iii)	-	13.923	-	-
AFAC - EDV III iii)	-	15.538	-	-
AFAC - EDV IV iii)	-	3.188	-	-
AFAC - EDV X iii)	-	17.630	-	-
	-	<b>68.036</b>	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>50.734</b>	<b>106.634</b>	-	-
<b>Passivo</b>				
Mutuo - EDV I ii)	401	378	-	-
Mutuo - EDV IV ii)	577	1.720	-	-
Mutuo - Alupar i)	56.000	45.722	56.000	45.722
	<b>56.978</b>	<b>47.820</b>	<b>56.000</b>	<b>45.722</b>
Arrendamento de imóveis - Alupar	-	-	276	-
AFAC - Alupar	86.051	79.880	86.051	79.880
<b>Total do passivo</b>	<b>143.029</b>	<b>127.700</b>	<b>142.327</b>	<b>125.602</b>
<b>Demonstração de resultado</b>				
Receita de juros sobre mútuo ativo - EDVs	2.567	624	-	-
Despesa de juros sobre mútuo passivo - Alupar i)	(2.592)	(895)	(2.592)	(895)

- i) Refere-se a contratos de mútuo entre a Companhia e sua controladora Alupar, com vencimentos em julho de 2020, para fazer frente às necessidades de caixa. Os contratos são remunerados a 100% da CDI a.a.
- ii) Refere-se a contratos de mútuo entre a Companhia e suas controladas, com vencimentos em julho de 2020, para fazer frente às necessidades de caixa. Os contratos são remunerados a 100% da CDI a.a.
- iii) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) efetuado pela Companhia em suas controladas para reforço de caixa;

## 16.2 Garantias

Empresa	Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2019
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento BNDES - nº 15.2.0778.1 e 15.2.0778.4	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	261.300	280.436
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento BNDES - nº 19.2.0598.1		10/12/2019	15/10/2032	60.000	

## 16.3 Remuneração da alta administração

A Alupar, controladora da Companhia, optou por não realizar pagamentos de remuneração da alta administração através da Companhia e de suas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A remuneração da Alta Administração da Companhia e de suas controladas é paga pela própria Alupar.

## 17 Provisões para Desmobilização de ativo

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
EDV I	6.105	1.568
EDV X	4.440	1.196
	<b>10.545</b>	<b>2.764</b>

## 18 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$178.754 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 representado por 164.832.956 ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2019 e 31/12/2018	
	Ordinárias	
	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>		
Alupar Investimento S.A	164.832.956	100,00
<b>Total das ações</b>	<b>164.832.956</b>	<b>100,00</b>

## 19 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia - ambiente regulado	60.757	55.391
Ajuste positivo CCEE	376	(84)
<b>Receita Bruta</b>	<b>61.133</b>	<b>55.307</b>
PIS - Programa de integração social	(397)	(361)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(1.834)	(1.659)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(305)	(251)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(2.536)</b>	<b>(2.271)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>58.597</b>	<b>53.036</b>

## 20 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019		31/12/2018	
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	-	(1.062)	(953)	(758)	(1.095)
Material	-	-	(206)	(11)	(128)	(7)
Serviços de Terceiros	(228)	(939)	(6.673)	(1.444)	(2.547)	(2.061)
Depreciação e amortização	(444)	(444)	(21.985)	(545)	(18.428)	(475)
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-
Alugueis	-	-	(178)	(30)	(336)	(191)
Seguros	(2)	-	(696)	(111)	(350)	(2)
Doações e contribuições	-	-	(39)	-	-	-
Outros tributos e taxas	(46)	-	(247)	(63)	-	0
Outros	-	(464)	-	(13)	(183)	(480)
	<b>(720)</b>	<b>(1.847)</b>	<b>(31.086)</b>	<b>(3.170)</b>	<b>(22.730)</b>	<b>(4.311)</b>

## 21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receita de aplicações financeiras	10	231	1.458	1.644
Outros	2.451	590	98	828
<b>Total</b>	<b>2.461</b>	<b>821</b>	<b>1.556</b>	<b>2.472</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos sobre dívida	(11.388)	(9.269)	(31.240)	(31.297)
Outros	(65)	(876)	(1.531)	(1.820)
<b>Total</b>	<b>(11.453)</b>	<b>(10.145)</b>	<b>(32.771)</b>	<b>(33.117)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(8.992)</b>	<b>(9.324)</b>	<b>(31.215)</b>	<b>(30.645)</b>

## 22 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Recebimento clientes e Ajuste positivo CCEE	61.134	61.134	55.307	55.307
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	<b>4.891</b>	<b>7.336</b>	<b>4.425</b>	<b>6.637</b>
Receita financeira	1.663	1.663	1.652	1.652
	<b>6.553</b>	<b>8.999</b>	<b>6.077</b>	<b>8.289</b>
Alíquota de 15% e 9%	983	811	911	746
Alíquota adicional de 10%	631	-	165	-
	<b>1.614</b>	<b>811</b>	<b>1.077</b>	<b>746</b>
Outros	(96)	-	322	-
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.518</b>	<b>811</b>	<b>1.399</b>	<b>746</b>

O imposto de renda e a contribuição social das controladas são recolhidos com base no lucro presumido regime de caixa e compõe indicador para o cálculo de ICSD, razão pela qual os cálculos são apresentados partindo dos valores de recebimento de caixa e não do resultado líquido acumulado do exercício. O valor considerado para cálculo de ICSD no exercício de 2019, foi de R\$1.764, excluindo do total de R\$2.340 o valor de R\$576 referente aos impostos pagos oriundos das receitas financeiras.

## 23 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

## 23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2019		31/12/2018			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	491	491	1.944	1.944	Custo amortizado	-
Caixa e equivalentes de caixa	2.254	2.254	10.931	10.931	Valor justo por meio do resultado	2
Títulos e valores mobiliários	49.938	49.938	17.802	17.802	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber de clientes	7.083	7.083	4.050	4.050	Custo amortizado	-
	<b>59.766</b>	<b>59.766</b>	<b>34.727</b>	<b>34.727</b>		
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	2.509	2.509	23.845	23.845	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	280.157	280.157	257.376	257.376	Custo amortizado	-
Debêntures	68.216	64.062	71.700	57.393	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	2.753	2.753	-	-	Custo amortizado	-
	<b>353.635</b>	<b>349.481</b>	<b>352.921</b>	<b>338.614</b>		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Debentures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## 23.2 Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

## 23.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes riscos associados aos seus negócios:

### *Risco de crédito*

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos alocados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das controladas da Companhia incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para mitigar esse risco os



contratos de venda de energia foram realizados no ambiente regulado (ACR) que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

### **Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### **Análise de sensibilidade**

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa e receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,45%	3,67%	4,89%	6,11%	7,34%
Empréstimos e financiamentos	TJLP +	236.011	11.041	13.989	16.938	19.886	22.834
			1,76%	2,64%	3,52%	4,40%	5,28%
Debêntures	IPCA +	68.216	6.858	7.507	8.157	8.806	9.455
Empréstimos e financiamentos	IPCA +	44.147	2.426	2.828	3.231	3.634	4.037

  

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			2,41%	3,61%	4,81%	6,01%	7,22%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	2.254	54	81	108	136	
Títulos e valores mobiliários	CDI	70.824	1.703	2.555	3.407	4.258	5.110

### **Risco de regulação**

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

### **Risco da escassez de vento**

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

### **Risco de taxas de câmbio**

A Companhia e suas controladas não tem operações em moeda estrangeira.

### **Risco de liquidez**

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

### **Capital circulante líquido negativo**

A Companhia apresenta capital circulante negativo na Controladora de R\$8.419 (R\$9.913 em 2018) e a e no Consolidado de R\$23.108 (R\$52.113 em 2018), devido aos contratos de mútuo entre a Companhia e suas controladas e entre a Companhia e a Alupar. Em 10 de dezembro de 2019 as EDVs captaram recursos junto ao BNDES totalizando o valor de R\$60.000, que serão pagos ao longo de doze anos, e com este recurso irão liquidar os contratos de mútuo, que atualmente estão classificados no passivo circulante, regularizando assim a situação de capital circulante negativo. Em 31 de dezembro de 2019 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

## **24 Benefícios a empregados**

A controladas da Companhia oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. Os valores investidos em benefícios a empregados totalizam o valor de R\$406 em 31 de dezembro 2019 e R\$208 em 31 de dezembro de 2018.

No plano de contribuição definida, as controladas da Companhia patrocinam um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

## **25 Cobertura de seguros**

As suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2019

<b>Risco objeto</b>	<b>Importância assegurada</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Término da vigência</b>
Risco de responsabilidade civil	5.000	11	10/12/2020
Riscos nomeados e operacional	208.899	582	10/12/2020
	<b>213.899</b>	<b>593</b>	

\* \* \*

Daniela Ribeiro Mendes  
Contadora - CRC 1SP199348/O-0